



## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

### FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Enaie Santos SILVA (UFGD- Dourados/CAPES)<sup>1</sup>

Andréia Nunes MILITÃO<sup>2</sup>

#### RESUMO

Atualmente a formação inicial de professores indígenas no estado do Mato Grosso do Sul, segundo estado brasileiro que abrange a maior quantidade de moradores indígenas, ocorre através da Licenciatura Intercultural, ofertada pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), campus de Amambai; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Aquidauana e pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Cada Licenciatura está designada a um público-alvo, sendo o objetivo deste trabalho identificar a interculturalidade e se está em consonância com a Resolução CNE/CP n. 1/2015 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio, através da observação dos projetos pedagógicos do curso. Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizada a pesquisa documental, pela perspectiva da política educacional brasileira. Após a análise, entende-se que as Licenciaturas da UFGD e da UEMS tem um Projeto Pedagógico do Curso que atende os normativos atinentes à formação de professores indígenas, notadamente a Resolução CNE/CP n.1/2015, portanto estão atualizados e buscam a interculturalidade dentro dos seus documentos que regulam o curso. No entanto, a Licenciatura Intercultural da UFMS, não faz referência e nem citação à Resolução CNE/CP n.1/2015 que, no cenário atual, normatiza as licenciaturas interculturais.

**Palavras-chave:** Formação de Professores Indígenas. Projetos Pedagógico. Licenciatura Intercultural Indígena.

#### Introdução

<sup>1</sup>Mestranda em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Bolsista CAPES. Contato: enaie.silva.hanaiti@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora orientadora: Doutora em Educação (UNESP). Professora Adjunta da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), e docente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). Contato: andreiamilitao@uems.br



## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

De acordo com Chamorro e Combès (2015), o Censo do Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística - IBGE (2012) define Mato Grosso do Sul como o segundo estado brasileiro que abrange a maior quantidade de moradores indígenas. Entre eles são contabilizados os povos: Terena, Kinikinau, Kaiowa, Guarani, Kadiwéu, Ofaié, Guató, Chamacoco, Ayoreo, Atikum e Camba. Cada povo é caracterizado por suas culturas, sua língua materna, seus costumes, suas danças, as roupas tradicionais e suas pinturas, portanto, comportam especificidades, mesmo contendo alguns pontos em concordância como: luta por sobrevivência, a resistência por suas culturas, educação intercultural e território, são comunidades diferentes e necessitam de atendimento na formação de professores especializados. Conseqüentemente, entendendo suas peculiaridades, atualmente há três modelos de formação inicial (caracterizado como ensino superior) de professores indígenas ofertados no estado do Mato Grosso do Sul.

Em vista disso, partindo do ponto que os professores indígenas devem ser reconhecidos e atendidos em sua formação, há um reconhecimento na legislação. Identificando Constituição Federal de 1998, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394), Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005/2014), os Referenciais para a formação de professores indígenas de 2002 e a Resolução n. 1 de 7 de janeiro de 2015 (Brasil 2015) instituída pelo Conselho Nacional de Educação em articulação com Ministério da Educação (MEC), são documentos importantes dentro dessa construção normativa.

Tendo em análise as legislações, mas considerando a realidade do Brasil, é entendido “[...] que há um processo de apagamento e de invalidação da formação específica, diferenciada e intercultural consignada no ordenamento jurídico nacional” (MILITÃO, 2020, p. 1). Portanto, alguns elementos necessitam ser assistidos para uma formação de qualidade, que deva ser alinhada às comunidades e não uma instituição reprodutora de conhecimentos que não estão articulação aos princípios da educação escolar indígena:

Tem-se como pressuposto que as propostas *de e para* a formação de professores indígenas devem estar associadas ao modelo de educação escolar indígena. Por isso, constitui-se em desafio a inserção dos princípios da interculturalidade nos processos de formação de professores indígenas. Esse desafio encontra-se avalizado na Constituição Federal de 1988, que estabelece o reconhecimento da diversidade linguística e sociocultural e,



## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

por consequência, a proposta de uma educação específica, diferenciada, bilíngue, comunitária e centrada nos territórios etnoeducacionais. (MILITÃO, 2020, p. 4).

Atualmente a formação inicial de professores indígenas ocorre na Licenciatura Intercultural, ofertada pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), campus de Amambai; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Aquidauana e pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Cada Licenciatura está designada a um público-alvo, sendo o objetivo deste trabalho identificar a interculturalidade e se está em consonância com a Resolução CNE/CP n. 1/2015 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio, através da observação dos projetos pedagógicos do curso. Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizada a pesquisa documental, pela perspectiva da política educacional brasileira.

### Fundamentação teórica

O campo de formação de professores está em crescimento na área de formação de professores indígenas. Segundo André (2009), após o levantamento do estado da arte sobre a formação de professores, foi notado que há temas com poucas produções. Entre as temáticas silenciadas está a formação de professores indígenas. "Nos anos mais recentes esse quadro não mudou. Há pouquíssimos trabalhos que abordam essas temáticas" (ANDRÉ, 2009, p.50). " Por esse motivo, se torna necessário o estudo específico da formação inicial dos povos originários.

A formação de professores indígenas em cursos específicos decorre da luta e resistência do próprio povo:

Resultados dessa maior mobilização dos próprios povos indígenas e de suas organizações, bem como de setores organizados da sociedade civil, podem ser verificados nas importantes e significativas mudanças ocorridas tanto na legislação quanto na política governamental em relação aos povos indígenas no Brasil. (GRUPIONI, 2006, p.46).

Sendo uma construção de busca de direitos, a política educacional para a educação escolar indígena vem garantindo a interculturalidade visando a





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

permanência dos conhecimentos tradicionais da própria cultura, da língua materna e dos princípios da educação indígena.

Tem-se como pressuposto que as propostas de e para a formação de professores indígenas devem estar associadas ao modelo de educação escolar indígena. Por isso, constitui-se em desafio a inserção dos princípios da interculturalidade nos processos de formação de professores indígenas. (MILITÃO, 2022, p.106).

A interculturalidade na formação e a oferta dos cursos de formação específicos para a formação docente dos povos indígenas, são instrumentos de fortalecimento da Educação Escolar Indígena. A partir da formação inicial através da Licenciatura Intercultural Indígena há um desenvolvimento de consolidação de identidades, permutação de experiências e participação ativa nas ações que circundam a luta por uma educação de qualidade que atenda às suas respectivas.

Além disso, os discentes se fortalecem como liderança da sua própria comunidade, pois os cursos oferecem disciplinas sobre legislações educacionais. Através deste contato com as disciplinas do curso, os discentes indígenas sofrem um impacto pedagógico, político e social. Pedagógico pois são apresentados a conhecimentos para colocar a prática dos conhecimentos interculturais em suas escolas. Político, pois descobrem a base legal para sua atuação, direitos e deveres que circundam a escola indígena e Social, afinal reforçam suas funções e objetivos para dentro do coletivo de sua vivência e território.

Com o objetivo de assegurar a formação de professores indígenas inicial e continuada, a Resolução CNE/CP n. 1/2015, define as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores indígenas nos cursos de ensino médio e nos cursos de educação superior. Sendo elementos principais assistido pelo documento: a formação baseada no território, a valorização do conhecimento indígena, o reconhecimento do modo de produção e a presença dos sábios. Além da formação dos professores estar em concordância ao currículo da escola indígena, abrangendo a interculturalidade e a valorização da língua materna da comunidade.

Para a construção da formação, segundo a Resolução CNE/CP n. 1/2015 também faz parte dos elementos primordiais os profissionais que irão trabalhar na formação dos professores indígenas, terem a experiência com os povos originários e serem comprometidos com as práticas pedagógicas.



## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

As gestões dos programas de formação devem ser asseguradas com participação de representantes indígenas. Cada povo tem seus líderes que representam as comunidades, logo a diretriz reconhece que é importante a participação do povo indígena para desenvolver uma formação democrática e para ser utilizado no cotidiano. Afinal a educação indígena começa no território, é um processo de espaço e cultura, que envolve processos autônomos. Sendo assim, é preciso que o povo indígena também tenha poder de decisão na educação escolar de suas próprias crianças.

### Metodologia

A metodologia ancora-se em pesquisa documental sob abordagem qualitativa, buscando identificar o conjunto dos procedimentos que caracterizam a interculturalidade dentro dos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura Intercultural. Como esse trabalho se desenvolveu através da análise do contexto político, foi necessário subsídio teórico-metodológico para a análise dos documentos. Portanto, os textos em relação à política docente se caracterizam como uma extensão mensurável de uma realização de uma atividade contínua:

Se os textos são, ao mesmo tempo, produto e produtores de orientações políticas no campo da educação, sua difusão e promulgação geram também situações de mudanças ou inovações, experienciadas no contexto das práticas educativas. Relembrando que os textos de políticas não são simplesmente recebidos e implementados, mas, ao contrário, dentro da arena da prática estão sujeitos à interpretação e recriação. Podemos abordar, por exemplo, a legislação como dimensão de um processo contínuo, cujo lócus de poder está constantemente mudando. (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p.433).

A partir desse embasamento metodológico, os projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura Intercultural da UFMS, UFGD e da UEMS foram analisados em conformidade com os princípios da interculturalidade e da Resolução CNE/CP n. 1, de 07/01/2015. Baseados no método de análise documental proposto por Cellard (2014) que consiste na análise de cinco dimensões essenciais para o procedimento: contexto, o autor ou autores, autenticidade e confiabilidade do texto, a natureza do texto, os conceitos-chave e a lógica interna, propõe-se desvelar o que está



## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

consignado nos normativos atinentes às três universidades públicas selecionadas (UFMS, UEMS e UFGD).

### Resultados e Discussão

A Licenciatura Intercultural Indígena Povos do Pantanal é ofertada pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) na cidade de Aquidauana e abrange como público-alvo os Atikum, Guató, Kamba, Kadiwéu, Kinikinau, Ofaié e Terena. O curso é ofertado na modalidade presencial e em regime de alternância entre Campus de Aquidauana e as Comunidades Indígenas definidas como público do curso. O regime de matrícula se configura em modo semestral, com o tempo mínimo de 8 semestres. Os alunos podem escolher a habilitação entre: Linguagens e Educação Intercultural, Matemática e Educação Intercultural, Ciências da Natureza e Educação Intercultural ou Ciências Sociais e Educação Intercultural.

Ao analisar o Projeto Pedagógico do Curso é possível perceber que o conceito de interculturalidade e alguns princípios da Resolução CNE/CP n. 1/2015 estão presentes no documento, porém não há nenhuma referência ou citação da legislação em questão. No entanto, as diretrizes que embasam a construção do PPC são definidas pelo conhecimento de interculturalidade referenciada em documentos emanados no período pós-Constituição Federal de 1988 e no desenvolvimento de debates ocorridos no I Seminário de Planejamento de Práticas e Pesquisas Pedagógicas Indígenas realizada em Aquidauana. No entanto, o referido seminário ocorreu em 2009, data que antecede a Resolução CNE/CP n. 1/2015.

A Pedagogia Intercultural ofertada pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) é a mais recente entre as três, pois foi disponibilizada no edital do vestibular em 2022 para a entrada em 2023. Consequentemente, a turma que se formar terá habilitação em Licenciatura em Pedagogia, o regime de oferta se estende a presencial e em EAD. As aulas acontecem em modo de alternância, ou seja, um tempo na universidade e outro na comunidade do território indígena Guarani e Kaiowá, visto que são os povos indígenas citados pelo público-alvo. Ao analisar a legislação federal e estadual sobre a Educação Escolar Indígena e sobre





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

a Formação de Professores Indígenas presente no Projeto Pedagógico do Curso é possível identificar a Resolução CNE/CP n. 1/2015, e também é citada na introdução do PPC, no tópico perfil profissional, nas competências e habilidades.

A Licenciatura Intercultural Indígena “Teko Arandu” está localizada em Dourados - MS, situada na Faculdade Intercultural da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Atualmente a duração do curso é de 4 anos, em turno de pedagogia da alternância (com aulas na comunidade e na UFGD) e oferece quatro opções de habilitação: Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Matemática e Linguagens. Dentro desse processo, o currículo, de acordo com o PPC, se constrói de modo flexível e dinâmico, entendendo as condições da interculturalidade e os processos da Educação Superior indígena a partir da cultura, do território e da língua dos povos originários. Considerando os princípios epistemológicos e metodológicos são identificados os fundamentos legais da Educação Escolar Indígena vigentes baseados na produção de conhecimento, da especificidade indígena, na autonomia e nas competências linguísticas.

Depreende-se que as Licenciaturas da UFGD e da UEMS tem um Projeto Pedagógico do Curso que atende os normativos atinentes à formação de professores indígenas, notadamente a Resolução CNE/CP n.1/2015, portanto estão atualizados. Destaca-se que o PPC da Licenciatura Intercultural da UFGD foi elaborado em 2012, mas reestruturado em 2019 e o PPC da Pedagogia Intercultural da UEMS foi elaborado em 2022. No entanto, a Licenciatura Intercultural da UFMS, mesmo se baseando no PPC de 2012 da Licenciatura Intercultural da UFGD, não faz referência e nem citação à Resolução que, no cenário atual, normatiza as licenciaturas interculturais.

### Considerações Finais

A luta pela Educação Escolar Indígena e a formação de professores indígenas é uma forma de resistência e uma das estratégias para a continuidade dos saberes dos povos originários. Portanto, defende-se a amálgama da formação e do trabalho docente sob os princípios da educação diferenciada como elementos garantidores da Educação Escolar Indígena e da valorização dos saberes indígenas.





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

A partir dessa perspectiva, a luta pela formação de professores indígenas está em construção e visivelmente os povos originários precisam ser ouvidos para a proposição de políticas específicas

Já não é de agora que se decide para os povos indígenas o que é melhor para eles. O que se assiste, hoje, é que os próprios povos indígenas estão reclamando para si o direito de decidirem seu próprio caminho, a partir de relações mais equilibradas com o mundo de fora da aldeia, assentadas no respeito às suas concepções nativas. Edificar escolas indígenas que possam contribuir para esse processo de autonomia faz, sem dúvida, parte dos diferentes projetos de futuro dos povos indígenas no Brasil. (GRUPIONI, 2006, p. 65).

A luta pela educação escolar indígena e a formação de professores indígenas é uma forma de resistência e uma das estratégias para a continuidade dos saberes da própria comunidade. No entanto, se torna essencial lembrar que, de acordo com Ferreira (2006, p. 205), "Certamente, não será essa luta por formação que irá garantir a existência das comunidades indígenas, mas também a insistência na busca por uma sociedade mais justa em que cada professor seja mais um instrumento de luta por melhoria em todos os setores da sociedade".

### Referências

ANDRÉ, M.E.D.A. A produção acadêmica sobre formação docente: um estudo comparativo das dissertações e teses dos anos 1990 e 2000. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**. Autêntica, v. 1, n.1, p. 41-56, ago./dez. 2009.

ANDRÉ, M.E.D.A. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. **Educação**, Porto Alegre, PUC/RS, v. 33, p. 6-18, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n. 1, de 7 de janeiro de 2015**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2015b. Disponível em: <https://abrir.link/mVTsQ>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean. Et al. *A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: História, cultura e transformações sociais**. Dourados, MS: UFGD Editora, 2015. 1-934 p.

GRUPIONI, L. D. B. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 39-60.

MILITÃO, Andréia Nunes. Formação intercultural de qualidade sociocultural para os professores indígenas: o que está consignado na legislação educacional brasileira? **Revista Textura**, v. 24, n. 59, p. 102-125 jul./set. 2022.

SHIROMA, O.; CAMPOS, F.; GARCIA, M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 427–446, 2005. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>. Acesso em: 22 maio. 2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Intercultural**. Amambai, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena "TEKO ARANDU"**. Dourados, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena Povos do Pantanal**. Aquidauana, 2012.

